

Ideologia partidária X Doutrina dos Espíritos (Revista O Consolador)

Aug 16th, 2014 | By [Jorge Hessen](#) | Category: [Artigos](#)

Publicado na revista Eletrônica “O Consolador”

Link <http://www.oconsolador.com.br/ano8/376/especial.html>



O legado da tolerância doutrinária não se deve manifestar na forma de omissão diante das enxertias conceituais e ideias anômalas que alguns companheiros intentam impor nas instituições doutrinárias em nome da militância política. Principalmente nas proximidades das disputas para eleições político-partidárias, em que surgem aqui e acolá discussões sobre se o espírita deve ou não candidatar-se a algum cargo eletivo.

Em verdade, a Doutrina dos Espíritos não estimula o engajamento para funções nas estruturas político-partidárias. E não ajusta sua tribuna a serviço da propaganda partidária de quaisquer candidatos. A tarefa urgente do espírita é a transformação de comportamento individual, a luta pelo ideal do bem, em nome do Evangelho. Agindo assim, os espíritas não estão alheios às questões políticas; engana-se quem pensa o contrário. Os espíritas incorruptíveis, fiéis à família, à sociedade e aos compromissos morais, são, integralmente, cidadãos ativos, que exercem o direito e/ou obrigação (depende do ponto de vista) de votar; porém, sem vínculos com as absurdas contendas ideológico-partidárias.

Se algum confrade estiver vinculado a qualquer partido político, se deseja concorrer como candidato a cargo eletivo, obviamente tem total liberdade de fazê-lo, mas que atue bem longe dos ambientes espíritas, de modo que não camufle, dentro da Instituição Espírita, disfarçada intenção, visando conquistar votos dos frequentadores. O excesso de cautela nesse caso é recomendável; não é questão de preconceitos; é até uma questão de lógica, pois, em se discutindo assuntos da política humana, é inadmissível trazer, para as hostes espíritas, o partidatismo, a ideologia (de “direita”, “esquerda”, “centro”, “ambas” etc. etc. etc.). Conquanto, como cidadão, cada espírita tenha o direito e o livre-arbítrio para militar no universo fragmentado das ideologias político-partidárias, não tem o direito de confundir as coisas. Não esqueçamos que o Espiritismo não é um fragmento da política mundana, nem tampouco se envolve com grupos políticos sectários, que utilizam meios contraditórios com os fins de poder.

Como vimos, por razões óbvias, repetimos, é imperioso distinguir o interesse de valor inócuo da política humana da excelsa política de Jesus – a “Verdadeira luz que alumia a todo homem”(1). Quando trabalhamos pela erradicação da miséria e da exclusão social, estamos adotando a política “d’Aquele que é desde o princípio”(2). A política do verdadeiro espírita é a favor do ser humano e de seu crescimento espiritual. O espírita consciente não se submete nem se omite diante do poder político, e nem tampouco assume o lugar de “oposição” ou de “situação”. Até porque “o discípulo sincero do Evangelho não necessita respirar o clima da política administrativa do mundo para cumprir o ministério que lhe é cometido. O Governador da Terra, entre nós, para atender aos objetivos da política do amor, representou, antes de tudo, os interesses de Deus junto do coração humano, sem necessidade de portarias e decretos, respeitáveis embora”(3).

Bezerra e Eurípedes

O primeiro capítulo do Estatuto da Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas estabelece a seguinte PROIBIÇÃO (isso mesmo, PROIBIÇÃO!): “AS QUESTÕES POLÍTICAS, DE CONTROVÉRSIA RELIGIOSA E DE ECONOMIA SOCIAL NELA [S.P.E.E.] SÃO INTERDITAS”. Portanto, e por imparcial razão, é inaceitável alguém utilizar a tribuna espírita para propaganda político-partidária. Da mesma forma, é situação deprimente um espírita utilizar palanques eleitoreiros a fim de implorar votos, valendo-se demagogicamente de sofismas e simulacros de “modéstia”, “pobreza”, “humildade”, “altruísmo”, “tolerância”, exaltando suas inigualáveis “virtudes” e colossais obras de “caridade”. Aconselhamos a tais imponderados “espíritas”, mendicantes de votos, que se afastem do Espiritismo e optem por outro credo, a fim de que seja assegurado ao movimento espírita a não contaminação dessa infecciosa política reles e mesquinha de interesses pessoais.

Alguns defensores da politização nas casas espíritas evocam Bezerra de Menezes e Eurípedes Barsanulfo a fim de justificarem seus arrazoados. A carreira política de Bezerra de Menezes iniciou-se em 1861, quando foi eleito vereador municipal pelo Partido Liberal. Foi reeleito para o período 1864-1868 e elegeu-se Deputado Geral em 1867. Novamente foi eleito vereador em 1873. Ocupou o cargo de presidente da Câmara, que atualmente corresponde ao de prefeito do Rio de Janeiro, de julho de 1878 a janeiro de 1881. Nessa época, a intensificação da luta abolicionista teve a adesão de Bezerra, que usou de extrema prudência no trato do assunto. Entretanto, no dia 16 de agosto de 1886, o público de duas mil pessoas que lotava a sala de honra da Guarda Velha, no Rio de Janeiro, ouviu, silencioso e atônito, o famoso médico e político anunciar sua conversão ao Espiritismo. A partir daí, não se envolveu com o partidarismo político.

Quanto a Eurípedes Barsanulfo, foi respeitável representante político de sua comunidade, sem dúvida. Tornou-se secretário da Irmandade de São Vicente de Paula, tendo participado ativamente da fundação do jornal “Gazeta de Sacramento” e do “Liceu Sacramentano”. Logo viu-se guindado à posição natural de líder, por sua segura orientação quanto aos verdadeiros valores da vida. Através de informações prestadas por um dos seus tios, tomou conhecimento da existência dos fenômenos espíritas e das obras da Codificação Espírita. Diante dos fatos, voltou completamente suas atividades para a nova Doutrina, pesquisando por todos os meios e maneiras, até desfazer totalmente suas

dúvidas. A partir daí, o partidarismo político deixou de ser parte integrante dos anseios do jovem mineiro.

Não temos necessidade de representantes políticos

Por fortes razões, é necessário que façamos profunda distinção entre Espiritismo e política partidária. Somos “políticos” desde que nascemos e vivemos em sociedade; sim, e daí? A Doutrina Espírita não poderá, jamais, ser veículo de especulação das ambições particulares nesse campo. Se o mundo gira em função de políticas econômicas, administrativas e sociais, não há como tolerar militância política dentro das hostes espíritas. Não se sustentam as teses simplistas de que só com a nossa participação efetiva nos processos políticos ao nosso alcance ajudaremos a melhorar o mundo. Isso é parvoíce ideológica.

Não há como confundir a política terrena de interesses menores com a política do “Filho do Altíssimo”(4). Cada situação na sua dimensão correta. Política partidária, aos políticos pertence, enquanto que prática espírita é atividade para espíritas cristãos. O argumento de que os parlamentares se servem, com o pretexto de “defender” os postulados da Doutrina, ou aliciar prestígio social para as hostes espíritas, ou, ainda, ser uma “luz” entre os legisladores, é argumento ardiloso, desonesto. “NÃO TEMOS NECESSIDADE ABSOLUTA DE REPRESENTANTES OFICIAIS DO ESPIRITISMO EM SETOR ALGUM DA POLÍTICA HUMANA”(5).

Os legítimos estudiosos espiritistas acercam-se da compreensão de viver naturalmente impregnados de bom senso e humildade. Entendem que “a missão da doutrina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. Trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações humanas são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do progresso universal”(6).

Mais uma vez, afiançamos que não se sustentam as teses inúteis de que só com a nossa participação efetiva nos processos políticos ao nosso alcance ajudaremos a “melhorar” o Brasil. Não esqueçamos que o “Rei dos Séculos”(7) cogitou muito a melhora da criatura em si. Não nos consta que o “Filho de Deus”(8) tivesse aberto qualquer processo político-partidário contra ou a favor do poder constituído à época. Portanto, a nossa conduta apolítica (apartidária) não deve ser encarada como conformismo; pelo contrário, essa atitude é sinônimo de paciência operosa, que trabalha sempre para melhorar as situações e cooperar com aqueles que recebem a responsabilidade da administração de nossos interesses públicos.

É acertado lembrar que, nos imperceptíveis consentimentos, vamos descaracterizando o programa da Terceira Revelação. A título de tolerância, diversas vezes fechamos os olhos para a politização nas casas espíritas; entretanto a experiência demonstra que, às vezes, é presumível até fechar um olho, porém nunca os dois. Considerando que nosso mundo é a morada da opinião, é natural que apresentemos para os companheiros militantes políticos desacordos sobre esse tema. Inadmissível, porém, tendo em vista a própria orientação da Doutrina Espírita, é o clima de injunções que se coloca, não raro,

envolvendo os que confundem intensidade com agressividade, ou defesa da verdade com inflexibilidade.

Estamos investidos de compromisso mais imediato, em vez de mergulhar no mundo da política saturada por equívocos deploráveis. Por isso, não devemos buscar uma posição de destaque, para nós mesmos, nas administrações transitórias da Terra. Se formos convocados pelas circunstâncias, devemos aceitá-la, não por honra da Doutrina que professamos, mas como experiência complexa, onde todo sucesso é sempre muito difícil. “O espiritista sincero deve compreender que a iluminação de uma consciência é como se fora a iluminação de um mundo, salientando-se que a tarefa do Evangelho, junto das almas encarnadas na Terra, é a mais importante de todas, visto constituir uma realização definitiva e real. A missão da doutrina é consolar e instruir, em Jesus, para que todos mobilizem as suas possibilidades divinas no caminho da vida. Trocá-la por um lugar no banquete dos Estados é inverter o valor dos ensinamentos, porque todas as organizações humanas são passageiras em face da necessidade de renovação de todas as fórmulas do homem na lei do progresso universal.”(9)

Conclusão

Fosse uma sociedade educada para a tolerância recíproca, para o respeito à autoridade, para o trabalho persistente, sem conflitos entre servidores e governo, empresários e trabalhadores, em que as pessoas se unissem para compreender a necessidade dos valores espirituais na vida de cada um ou de cada grupo social, seríamos um país venturoso e pacífico. Muitos podemos admirar a política enquanto ciência, enquanto princípios, enquanto filosofia, mas definitivamente não precisamos nos envolver em partidarismos políticos. Pensamos ser justos em lutar por nossa ação voluntária na Sociedade, seja na ação profissional, seja na ação de cidadania, sem trocar nossa dignidade por politicagens ou conveniências pessoais.

Referências bibliográficas:

1 João 1:9

2 1 João 2:13

3 Xavier, Francisco Cândido. Vinha de Luz, ditado pelo Espírito Emmanuel, Rio de Janeiro: Ed. FEB, 1999, cap. 59

4 Lc 1.32

5 VIEIRA, Waldo. Conduta Espírita, Ditado pelo Espírito André Luiz, Rio de Janeiro: FEB, 2001, Cap. 10

6 Xavier, Francisco Cândido. O Consolador, ditado pelo Espírito Emmanuel, Rio de Janeiro: Ed. FEB, 1984, pergunta 60

7 1Tm 1.17

8 Mt 2.15

9 Xavier, Francisco Cândido. O Consolador, ditado pelo Espírito Emmanuel, Rio de Janeiro: Ed. FEB, 1984, pergunta 60.